

CÂMARA MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA**Aviso n.º 18 965/2007**

Para os devidos efeitos se faz público que, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, esta Câmara Municipal prorrogou por mais um ano o contrato de trabalho a termo resolutivo certo de técnico superior de relações públicas celebrado com João Paulo Alves da Cruz Castanho.

24 de Setembro de 2007. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Caldeira Santos*.

2611051240

CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS**Aviso n.º 18 966/2007**

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, torna-se público que se encontra aberto um período de discussão pública, nos termos do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a duração de 15 dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicação do presente aviso na 2.ª série do *Diário da República*, respeitante ao projecto para alteração ao loteamento sito na Praia da Luz, freguesia da Luz, Lagos, titulado pelo alvará de loteamento n.º 3/72, cuja requerente é Alexandra Marina de Jesus Soares, com endereço postal na Rua Direita, casa 9, Praia da Luz, Lagos.

Nestes termos, o referido projecto encontra-se patente para consulta, entre as 9 horas e as 15 horas e 30 minutos, na Secção de Loteamentos Urbanos desta Câmara Municipal (Edifício Trindade — Rossio da Trindade), convidando-se todos os interessados para, no decorrer do prazo acima referido, apresentarem, por escrito, as reclamações, observações ou sugestões que acharem por convenientes.

20 de Setembro de 2007. — Por delegação de competência, a Directora do Departamento, *Célia Correia*.

2611051003

CÂMARA MUNICIPAL DE LEIRIA**Aviso n.º 18 967/2007**

Para os devidos efeitos se torna público que, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 139.º e no artigo 140.º, n.º 1, *a contrario*, ambos do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e regulamentado pela Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho, e no artigo 10.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, renovei os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, celebrados entre o município de Leiria e os indivíduos abaixo mencionados:

Ana Sofia Mendes Pereira, Anabela Marques Carreira Miguel, Célia Gomes Moreira Pereira, Elisabete Maria Santos Ferreira, Ermelinda Moreira Sousa Fonseca, Liliana Ferreira Bastos, Lurdes Carmo Martins Mendes Costa, Maria Alexandra Simão Sousa, Maria Cristina Ferreira Tomás, Maria Fátima Santos Abrantes Zeferino, Maria Isaura Carreira Xavier Wanters, Mário Santos Oliveira, Patrícia Alexandra Santos Velez, Sandra Margarida Fernandes Rodrigues, Sara Rodrigues Jesus Abrantes Massano, Sónia Isabel Silva Guerra, Susana Maria Brito Neves Janeiro, Virgínia Luís Santos Silva e Maria Carolina Santos Mendes, auxiliares de acção educativa, por três anos, com efeitos a 6 de Setembro de 2007, sendo a última com efeitos a 13 de Setembro de 2007, todos por meu despacho de 1 de Agosto de 2007.

Susana Paula Pimenta Margarido, técnica superior de gestão de empresas de 2.ª classe, por três anos, com efeitos a 6 de Setembro de 2007, por meu despacho de 31 de Julho de 2007.

Frederica Nogueira de Guimarães Biel, técnica superior de *design* de 2.ª classe, por três anos, com efeitos a 1 de Setembro de 2007, por meu despacho de 30 de Julho de 2007.

Luís Miguel Custódio Crespo, engenheiro florestal de 2.ª classe, por dois anos, com efeitos a 7 de Setembro de 2007, por meu despacho de 1 de Agosto de 2007.

António Manuel Jesus Santos Rosa, Carlos Manuel Marques Bernardo, Carlos Manuel Santos Ascenso, Manuel Rodrigues Francisco e Miguel Carlos Raimundo Mendes, auxiliares de serviços gerais, por três anos, com efeitos a 18 de Outubro de 2007, e José Bernardo Pereira, condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, por três anos, com efeitos a 21 de Outubro de 2007, todos por meu despacho de 7 de Setembro de 2007.

Vânia Cecília Marques Carvalho, técnica superior de história de 2.ª classe, por um ano, com efeitos a 1 de Agosto de 2007, por meu despacho de 25 de Junho de 2007.

Ainda por meu despacho de 1 de Agosto de 2007, e nos termos da alínea a) do artigo 387.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, não renovei o contrato de trabalho a termo resolutivo certo de Cátia Mónica Santos Baptista Matos, técnica profissional de animação cultural de 2.ª classe, pelo que caduca com efeitos a 13 de Setembro de 2007.

18 de Setembro de 2007. — A Presidente da Câmara, *Isabel Damasceno Campos*.

2611051249

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA**Aviso n.º 18 968/2007****Revogação de concursos externos de ingresso**

Torna-se público o despacho de 18 de Setembro de 2007 do vereador de recursos humanos, José Cardoso da Silva, o qual se transcreve na íntegra:

«Pelo despacho n.º 461/P/2007, de 9 de Agosto de 2007, do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, publicado em *Boletim Municipal*, n.º 704, 1.º suplemento, de 16 de Agosto de 2007, foi determinada a anulação de todos os processos de concurso externo de ingresso em curso, com excepção daqueles em que já exista classificação final.

Urge agora concretizar o conteúdo do referido despacho, nos termos dos artigos 140.º e 142.º a 145.º do Código de Procedimento Administrativo, e no âmbito da competência que me foi delegada nos termos do despacho n.º 474/P/2007, de 20 de Agosto de 2007, publicado em *Boletim Municipal*, n.º 705, de 23 de Agosto de 2007.

Assim, tal decisão baseia-se na situação financeira do município, a qual implica que sejam adoptadas, no imediato, medidas de contenção de despesa que integram o plano de saneamento financeiro.

A presente revogação enquadra-se na livre revogabilidade dos actos válidos, previsto no artigo 140.º do Código de Procedimento Administrativo, atendendo ao facto de a prossecução do interesse público a que a Administração Pública se encontra obrigada, previsto no artigo 266.º da Constituição da República Portuguesa e no artigo 4.º do referido Código, não permitir o acréscimo de despesa e encargos que a cumulação dos provimentos dos candidatos iria provocar, atenta a conjuntura supra descrita, com prejuízo para o município.

Nessa sequência e nos termos do artigo 142.º do referido Código, procede-se à revogação de todo o processado, desde a autorização de abertura, nos concursos externos de ingresso em curso, à excepção daqueles cuja acta de classificação final já se encontrasse homologada aquando do citado despacho n.º 461/P/2007, nos termos do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, anulando-se, então, os seguintes concursos:

Carreira	Grupo de pessoal	Vagas a preencher	Data da publicação do aviso de abertura no <i>Diário da República</i>
Assistente administrativo	Administrativo	(a)	28 de Dezembro de 2004 — 3.ª série.
Motorista de ligeiros	Auxiliar	58	22 de Março de 2005 — 3.ª série.
Técnico profissional (construção civil) de 2.ª classe.	Técnico profissional	8	4 de Novembro de 2005 — 3.ª série.
Auxiliar administrativo	Auxiliar	42	2 de Maio de 2006 — 3.ª série.
Técnico profissional (contabilidade) de 2.ª classe.	Técnico profissional	18	14 de Agosto de 2006 — 2.ª série (parte especial).